

Fernando Molica

Trump, o dono do mundo

A julgar pelo sequestro de Nicolás Maduro e do ataque ao Irã, nós, brasileiros, deveríamos estar mais preocupados com a eleição norte-americana de novembro do que com a nossa, em outubro: a cada dia fica mais claro que o poder de verdade está em Washington. Deveríamos até reivindicar o direito de votar nos EUA; nosso destino, no limite, pode ser decidido por lá.

O fim da URSS, as limitações europeias e a lógica chinesa de não se meter em roubadas bélicas fizeram com que o mundo passasse a ter um dono, os Estados Unidos. Os EUA podem agir com maior ou menor grau de intervencionismo, mas deixam claro que fazem o que querem, do jeito que desejam, na hora em que acharem mais conveniente.

Há algumas décadas que a prepotência deles EUA vinha aumentando, mas Donald Trump acabou com qualquer possibilidade de moderação. Tradicionais parceiros, como o Canadá e países da Europa Ocidental, passaram a ser tratados com o desdém típico de quem gosta de humilhar serviçais.

O exercício da arrogância é tamanho que Trump se dá ao direito de lançar propostas que ninguém sabe se devem ser levadas a sério, como a anexação da Groenlândia e a transformação de Gaza em sede de resorts. O fato de se dar ao direito de brincar com temas tão graves indica o tamanho de seu desprezo pelo resto do mundo.

Como nenhum país tem poder bélico para enfrentá-lo, nada pode detê-lo. Pior, não se trata de um ditador que chegou ao poder pela força (ele bem que tentou, não deu certo): atua legitimado pela maioria dos eleitores de seu país.

Trump conta também com áulicos internacionais

que não poupam esforços para lhe demonstrarem subserviência — disputam o direito de serem pisados pelo chefe. Isso, mesmo que o sujeito, repetidas vezes, demonstre pouco se importar com esses bajuladores.

O Irã é uma ditadura, o regime dos iatolás é execrável, mas vale lembrar que a revolução ocorrida por lá derrubou uma ditadura, a do xá Reza Pahlavi, sustentada pelos Estados Unidos e por suas empresas petrolíferas. Para usar um mote comum nos últimos anos no Brasil, os EUA sempre tiveram ditadores de estimação — continuam a ter.

Além de ser capaz de provocar um desequilíbrio importante no mundo, o conflito deflagrado com o apoio de Israel representa uma ameaça para os demais países que, de alguma forma, ousarem desrespeitar interesses da Casa Branca.

Trump — ou qualquer outro presidente dos EUA — sempre terá um motivo, real ou mentiroso, para ordenar medidas de retaliação econômica, política ou militar. Não que isso seja uma novidade, principalmente no mundo pós Segunda Guerra Mundial, mas, nos últimos tempos, essa tendência ficou ainda mais evidente. A ausência de um contraponto como a URSS deixou o caminho livre.

O atual presidente dos EUA tem, pelo menos, a vantagem de não esconder tanto seus propósitos. Não perde tempo dourando pílulas sobre democracia, liberdade, libertação de povos. Ele deixa claro que apenas defende interesses de seu país e de aliados como Israel.

Mesmo assim, tem gente do lado de cá do mundo que o aplaude, acha que, assim, será aceito na casa grande, mesmo que convocado para limpar os salões depois de festas de arromba-países.

Tales Faria

Lula é aconselhado a não estender assunto sobre guerra no Irã

O senador José Gomes Pinheiro Machado foi uma eminência parda da República Velha. Autoritário, tinha tanta influência que era conhecido como o tirano-mor do país. Foi alvo de protestos populares quase diários no Palácio do Conde dos Arcos, onde hoje funciona a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em um desses dias turbulentos, Pinheiro Machado foi aconselhado a deixar o prédio pela porta dos fundos. Mas ele desceu pela escadaria da frente e ordenou ao chofer do seu coche: “Siga em uma velocidade nem tão devagar que pareça afronta, nem tão depressa que pareça medo.”

A frase entrou para a história da política brasileira. Uma de suas variações está sendo usada agora pela equipe de comunicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em relação à guerra dos EUA e de Israel contra o Irã: Critique duramente a agressão à soberania dos iranianos, mas não se estenda muito.

Por que não se estender? Porque não dá votos defender uma ditadura como a dos aiatolás. No entanto, Lula e o PT sempre criticaram o desrespeito à soberania dos países. A política externa brasileira é pautada pela não intervenção em assuntos internos das nações, diferentemente da política externa dos Estados Unidos.

Não é uma posição de agora. Uns mais, outros menos, também os governos de Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer, Itamar Franco e até os militares sempre defenderam o direito à autodeterminação dos povos.

Daí porque Lula e a diplomacia brasileira critica-

ram, por exemplo, a invasão da Venezuela pelos EUA e, sobretudo, o sequestro do presidente Nicolás Maduro, independentemente de ele ter sido um ditador.

Historicamente os norte-americanos sempre foram intervencionistas. Donald Trump apenas exacerbou esse traço da política externa dos EUA. George W, Bush invadiu o Iraque, caçou e prendeu o presidente Sadam Hussein e pressionou o país a julgar e executar o ditador. Os EUA também invadiram a Guatemala e tantos outros países.

O problema agora é que vivemos tempos de polarização da esquerda contra os ultraconservadores bolsonaristas que, por princípio, tendem a apoiar Donald Trump.

Para os bolsonaristas, este é o momento propício de colocar em pauta a defesa dos EUA e tentar apagar a lembrança da derrota na defesa do tarifaço que Donald Trump aplicou contra as empresas brasileiras.

No caso do Irã, a opinião pública tenderá a se posicionar contra ditaduras como a dos aiatolás e não se aprofundar numa discussão teórica sobre a autodeterminação dos povos. Do ponto de vista da campanha eleitoral, será um desastre para Lula e para o PT insistir nesse tema. Mas nem o presidente, nem o seu partido podem abandonar uma questão tão decisiva do ponto de vista ideológico.

Qual a solução?

A solução apontada a Lula por sua equipe de comunicação é aproveitar o conselho de Pinheiro Machado: seguir em frente. Nem tão fortemente que pareça afronta, nem tão suavemente que pareça medo.

E torcer para que o assunto não se estenda.

Márcio Coimbra*

O Crepúsculo dos Aiatolás

O dia 28 de fevereiro de 2026 consolida-se como um divisor de águas na história contemporânea do Oriente Médio. A confirmação da morte de Ali Khamenei — o Líder Supremo que personificou a República Islâmica com inabalável rigidez desde 1989 — em decorrência de uma operação cirúrgica e coordenada entre Estados Unidos e Israel, transcende o êxito tático-militar. Trata-se do colapso do pilar central de uma teocracia que, por quase meio século, fundamentou sua política externa na exportação da instabilidade e sua política interna na opressão sistemática. A vacância deste centro de gravidade impõe à comunidade internacional a necessidade de gerir um vácuo de poder com rara clareza moral e pragmatismo analítico.

A decisão por um ataque de “decapitação” contra o complexo de Khamenei em Teerã não foi um evento isolado, mas o desfecho inevitável do esgotamento da paciência estratégica ocidental. Durante décadas, o regime iraniano operou sob a égide da defesa avançada, terceirizando conflitos através de proxies como Hezbollah, Hamas e Houthis, mantendo o ônus da guerra longe de suas fronteiras. Ao atingir o ápice da hierarquia, Washington e Jerusalém alteraram a gramática do conflito, atingindo diretamente os arquitetos da desestabilização. Diante de um ator que interpreta o diálogo como oportunidade de rearmamento, a ação direta revelou-se o único recurso capaz de prevenir uma catástrofe nuclear e a hegemonia de um Estado pária no Golfo Pérsico.

Embora o objetivo imediato fosse a neutralização de capacidades nucleares, a inteligência aliada compreendeu que a destruição física de centrífugas é insuficiente se o “software” ideológico do regime permanecer operante. A eliminação de Khamenei ataca esta frente, ou seja, a vontade política que alimentava o programa. Sem seu principal fiador teológico, o projeto atômico perde a aura de missão divina e

torna-se um ativo oneroso para uma estrutura focada agora apenas na própria sobrevivência. Os espasmos finais do sistema, como as tentativas de bloqueio ao Estreito de Ormuz, apenas solidificaram a percepção de que a República Islâmica era uma ameaça existencial à estabilidade econômica global, disposta a qualquer jogada no xadrez global.

Com a eliminação de Ali Khamenei, a Guarda Revolucionária (IRGC) entra em fase de cálculo pragmático, onde a oferta de imunidade por parte dos EUA visa transformar um exército ideológico em uma força preocupada com a própria preservação. Ao mesmo tempo, os aiatolás, acuados, perdem força no tabuleiro de poder enquanto o país ainda tenta se manter funcional. A queda final do regime, entretanto, exige convergência de pressão externa esmagadora, deserção das forças de segurança e uma alternativa política organizada.

Regionalmente, o colapso redesenha o mapa de forma sísmica. Proxies ficam órfãs de financiamento, permitindo uma limpeza de enclaves terroristas, enquanto os Acordos de Abraão tendem a uma expansão sem precedentes alcançando a Arábia Saudita. Para evitar erros do passado, a intervenção priorizou a decapitação seletiva em detrimento de ocupações terrestres massivas, preservando burocracias essenciais e removendo apenas a asfixia ideológica. A queda da teocracia permite que o Irã retorne ao concerto das nações, abrindo espaço para que a luz da soberania popular enfim emerja sobre o planalto iraniano como o maior dividendo de paz do século XXI.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**